

RESENHA

Economia e desenvolvimento em países emergente: Brasil, Rússia, Índia e China – Bric

Flávio Vilela Vieira (org.)

Editora Átomo e Alínea, Campinas, 2009

O lançamento do livro *Economia e Desenvolvimento em Países Emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China – BRIC* visa contribuir para a análise e entendimento das principais características e políticas adotadas pelas economias emergentes dos BRIC em função do crescente interesse no tema abordado. Neste sentido, a obra constitui-se em uma importante contribuição para o debate acadêmico sobre a temática do desenvolvimento e análise comparativa de economias emergentes.

O objetivo fundamental do livro consiste em apresentar um estudo teórico e empírico dos principais aspectos micro e macroeconômicos para as economias de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) tentando construir para o leitor um panorama de análise capaz de detalhar especificidades destas economias e de estabelecer divergências que são cruciais para a explicação tanto do desempenho econômico de cada uma delas, quanto à compreensão de como suas inserções no mercado financeiro e comercial internacional são distintas.

A obra encontra-se sistematizada em sete capítulos. A partir da apresentação de um diagnóstico econômico e social da China e da Índia ao longo das últimas décadas, a Seção 1, intitulada, *China e Índia: Evolução e Mudanças na Economia dos Gigantes Asiáticos Emergentes* desenvolve uma análise comparativa que elucida as principais características comuns e divergentes condizentes aos aspectos econômicos e sociais entre essas duas economias emergentes. Neste caso, o capítulo destaca que o dinamismo delas está associado, em parte, a políticas domésticas de incentivo aos setores da indústria e serviços, e, de outro, da necessidade de aprofundarem o grau de integração com um mundo marcado pela globalização econômica.

O segundo capítulo, *China: Padrão de Especialização Comercial, Tecnologia e Comércio Intra-Industrial*, se propõe a analisar a evolução do padrão de especialização comercial da China quanto à intensidade tecnológica, a partir de indicadores de competitividade do comércio internacional, estendendo para os fluxos bilaterais com seus principais parceiros comerciais, procurando captar a importância da participação da China nas cadeias produtivas regionais para promover o *upgrade* da pauta de comércio exterior.

Uma das conclusões desta Seção é que a análise do padrão de especialização comercial chinês mostrou que, de fato, a China se tornou mais competitiva nos setores de alta intensidade tecnológica, principalmente, nos anos 2000, ainda que os setores intensivos em trabalho tenham revelado um desempenho superior ao das demais indústrias, tanto em termos do indicador de VCR (Vantagem Comparativa Revelada) como o indicador de CS (Contribuição ao Saldo). No tocante a atuação do IDE explorando as vantagens comparativas da China com abundância de mão-de-obra, os resultados parecem sugerir que ela melhorou sua eficiência produtiva e está avançando na construção de capacidades tecnológicas, desenvolvendo a indústria de alta tecnologia e consolidando sua posição em tais setores no mercado internacional. Os resultados indicam também que as cadeias de produção regionais são importantes na ampliação da participação da China no mercado dos

países desenvolvidos dos Estados Unidos e Europa, especialmente, nos setores de bens de consumo eletrônicos, telecomunicações e equipamentos de informática.

No terceiro capítulo, *Uma Análise Comparativa do Crescimento Econômico de Brasil, Rússia, Índia e China*, o objetivo central é investigar teórico e empiricamente os principais condicionantes do crescimento econômico dos países que compõem o BRIC. Mediante a análise da literatura e dos dados comparativos para Brasil, Rússia, Índia e China, os autores defendem algumas lições importantes sobre o desempenho destas economias em termos de taxa de crescimento do PIB. Uma destas lições aponta para a importância de se elevar a taxa de investimento a médio e longo prazo no intuito de estimular as taxas de crescimento econômico de uma forma duradoura. Outra lição diz respeito à importância dos fluxos de capitais externos como fonte de recursos adicionais necessários para se elevar a taxa de poupança e investimento da economia, além da relevância de se ter uma maior participação no comércio internacional através da ampliação no grau de abertura e da participação das exportações no PIB.

Os resultados econométricos da estimação dos modelos VAR indicam que para o Brasil os principais choques associados a um estímulo ao crescimento econômico envolvem a inflação (estabilidade macroeconômica), a taxa de juros real, o grau de abertura e o crescimento das exportações. As estimações dos modelos para a China revelaram que a inflação é negativamente associada ao crescimento, enquanto os fluxos de IDE e o grau de abertura exibem um impacto positivo no crescimento. No caso da Índia, as funções de impulso resposta revelaram que o crescimento econômico depende fundamentalmente de variáveis como a inflação, fluxos de IDE e crescimento das exportações. Finalmente, as estimações para a Rússia revelaram que os fluxos de IDE e uma maior abertura comercial são variáveis centrais para se estimular o crescimento da economia.

O quarto capítulo, *Integração Financeira Internacional, Fluxos Internacionais de Capitais e Crescimento Econômico: China e Índia*, tem como foco a análise teórico e empírica do padrão de integração de China e Índia ao mercado financeiro internacional. Os autores destacam que a experiência de China e Índia é marcada pelo uso extensivo e duradouro de controles sobre os fluxos internacionais de capitais e grande participação nos fluxos de capitais direcionados aos países em desenvolvimento. Especialmente a experiência da China de utilização de controles de capitais, grande fluxos de capitais na forma de Investimento Externo Direto, altas taxas de formação bruta de capital fixo e elevadas taxas de crescimento econômico, demonstra a evidência de que controles de capitais podem ser parte importante de uma estratégia bem sucedida de crescimento econômico sustentado.

O capítulo cinco sob o título *Evolução dos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no BRIC* tem como objetivo geral elaborar um panorama dos principais indicadores de C, T & I do BRIC no período recente, e comparar seus Sistemas Nacionais de Inovação, enfatizando os esforços e os resultados que cada um desses países vem alcançando ao longo dos últimos anos. Para isso, utiliza-se de bases secundárias de instituições internacionais como Banco Mundial, OCDE e informações oficiais obtidas em sítios de internet do Ministério de Ciência e Tecnologia de cada país.

Os autores concluem que o BRIC pode ser caracterizado como um grupo de países heterogêneo no que se refere aos indicadores de esforço e de desempenho de C, T & I apresentados ao longo desse estudo e, embora esses países apresentem comportamentos similares quanto à tendência dos indicadores analisados, possuem, também, diferenças substanciais nas magnitudes do esforço e do resultado tecnológico. Deste modo, a análise de seus indicadores de C, T & I demonstram que o projeto de desenvolvimento tecnológico tem se colocado como um dos principais fatores determinantes das estratégias de desenvolvimento dos países. Nesse sentido, pode-se considerar que mesmo diante da

heterogeneidade existe um esforço comum do BRIC em investir na construção de um sistema científico e de inovação qualificado, capaz de promover a esses países uma inserção internacional em termos de geração de conhecimento científico e tecnológico.

O propósito central do sexto capítulo, denominado, *Tecnologia e Exportações Setoriais no BRIC*, é desenvolver uma investigação empírica da relação entre a capacidade tecnológica e exportações agregadas segundo a intensidade tecnológica nos países integrantes do BRIC. Os autores fazem uma revisão da literatura sobre o tema destacando que alguns trabalhos mais recentes buscam preencher as lacunas dos modelos tradicionais de comércio, bem como de crescimento econômico, que tendem a explicar os padrões de comércio internacional através das forças competitivas impostas em função do preço, o qual, por sua vez é definido de acordo com as elasticidades de oferta dos fatores de produção que cada país possui “naturalmente”, isolando a importância do fator tecnológico, considerado exógeno aos modelos.

Os autores desenvolvem uma classificação dos setores de exportação segundo a intensidade tecnológica, sendo que a tipologia adotada converge à classificação das exportações segundo a classificação internacional SITC, revisão 2, a três dígitos, que permite acessar os dados de exportação em períodos mais longínquos. Os setores que foram classificados como “baixa tecnologia” (XLT) são aqueles que compreendem produtos com tecnologias estáveis e difundidas; os de “média tecnologia” (XMT) englobam os produtos de tecnologias mais complexas, que exigem considerados gastos em P&D, mão-de-obra especializada e aprendizagem com grande *path dependence*; e o setor de “alta tecnologia” (XHT) compreende produtos de tecnologia de ponta e que mudam rapidamente, caracterizados por altíssimos investimentos em P&D e focalizados no *design* do produto.

A análise econométrica da estimação dos modelos VAR e da utilização da decomposição da variância para os BRIC ressalta a importância dos avanços tecnológicos - medido pelo número de patentes - para as diferentes agregações das exportações, de acordo com a intensidade tecnológica: baixa, média e alta. Os resultados indicaram que a capacidade tecnológica aumenta seu poder em explicar as mudanças das exportações brasileiras à medida que as exportações diminuem os conteúdos tecnológicos, indicando que o setor de baixa tecnologia tem apresentado mais avanços que os setores de média e alta tecnologia, corroborando a tese que os países em desenvolvimento, sobretudo os latino americanos, têm concentrado seus esforços tecnológicos em produtos cuja tecnologia já está mais padronizada. Ademais, os resultados sugerem uma relevância maior da demanda externa e da taxa de câmbio para os produtos de menor conteúdo tecnológico, determinando que sua competitividade está mais ligada a fatores preços e dependente do aumento da demanda mundial.

Os testes realizados para a Índia revelaram uma importância do IDE à explicação das mudanças das exportações de alta e média tecnologia, bem como também da variável patentes, que representa a capacitação tecnológica, indicando que a interação dessas duas variáveis foi substancial para o aumento das exportações desses setores, bem como demonstra a eficácia da política seletiva e restritiva de atração do IDE em conseguir aumentar a competitividade e o conteúdo tecnológico de seus produtos. Já para a explicação das variações das exportações de baixa tecnologia, a variável mais importante foi patentes, indicando a manutenção, tal qual o Brasil, da concentração dos esforços tecnológicos em produtos cuja tecnologia está mais difundida.

A análise de decomposição de variância das exportações chinesas revelou influência da capacitação tecnológica para explicação das variações das exportações de alta tecnologia, que foram as que mais cresceram no período em análise. No caso das exportações de média tecnologia, além de patentes (capacitação tecnológica), a formação bruta de capital fixo e a demanda externa também apresentou grande influência em suas

variações. As variações das exportações de baixa tecnologia são explicadas, de acordo com os modelos apresentados, pela formação bruta de capital fixo e pela dinâmica interna do PIB, além também, e com grande destaque para a capacitação tecnológica.

O sétimo e último capítulo sob o título **Comércio Siderúrgico no BRIC: Uma Visão Comparativa no Período 2003-2007** elabora uma análise comparativa dos quatro países a partir de uma mesma base de dados, em relação a uma determinada atividade produtiva. Os autores analisam os dados relacionados ao comércio internacional, os quais tendem a possuir maior homogeneidade, até mesmo em função dos procedimentos alfandegários. O setor escolhido foi a siderurgia, tendo em vista a disponibilidade de informações comparáveis em uma mesma base de dados, para um período de cinco anos. Em última instância, o capítulo dedicou-se a investigar em que medida os países do BRIC apresentam similaridades e dessemelhanças quanto ao comércio internacional de produtos siderúrgicos.

Pode-se argumentar de um lado a notória diferença quanto à participação relativa dos produtos em termos do *mix* exportador, revelando certa especialização produtiva. O grau de concentração (HHI) das importações também mostrou trajetórias muito díspares. De outro, constatou-se similaridade quanto à predominância dos laminados planos na pauta de importação. Ademais, observou-se a diminuição da importância relativa asiática e o aumento da europeia em termos de exportações. Nos quatro países, verificou-se o incremento da fatia asiática em termos de importações. E para Brasil e Índia, esta tendência foi acompanhada pelo recuo da participação europeia. Assim, uma importante conclusão é, que ao longo do quinquênio examinado, a Ásia – em grande medida, a China – avançou em termos de exportações tendo por base as vendas europeias. Além disso, as siderúrgicas da União Europeia perderam *market share* no Brasil e Índia. Outra conclusão relevante diz respeito ao grau de concentração (HHI) das exportações. Os valores obtidos foram relativamente baixos, indicando que tais países são *global players* em relação às vendas internacionais de produtos siderúrgicos. Adicionalmente, o grau de concentração das importações são maiores do que o das exportações. Por conseqüência, Rússia e China importam de poucos países, mas exportam para muitos, o que é uma situação bastante favorável em comércio internacional. Uma última questão diz respeito ao volume do comércio siderúrgico intra-BRIC, que foram bastante modestos, da ordem de 4,4% das exportações conjuntas dos quatro países em 2007. Portanto, tais nações estão mais para concorrentes em terceiros mercados do que complementares entre si em termos de comércio internacional de produtos siderúrgicos.

Thaís Guimarães Alves

Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU)

Recebido em : 01.04.2010
Aprovado em : 30.04.2010